

Demonstrações Contábeis

Rialma Companhia Energética III S.A.

Em 31 de dezembro de 2021
com Relatório do Auditor Independente

Rialma Companhia Energética III S.A.

Demonstrações contábeis

Em 31 de dezembro de 2021

Índice

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis.....	1
Demonstrações contábeis	
Balanço patrimonial	4
Demonstração do resultado	6
Demonstração do resultado abrangente	7
Demonstração das mutações do patrimônio líquido.....	8
Demonstração dos fluxos de caixa	9
Notas explicativas às demonstrações contábeis.....	10



Edifício Brasil 21
Setor Hoteleiro Sul – Quadra 6
Conjunto A – Bloco A – 1º andar – Sala 105
70.306-102 – Brasília, DF, Brasil
Tel: +55 61 2104 0100
Fax: +55 61 2105 0102
www.ey.com.br

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos
Administradores e aos Acionistas da
Rialma Companhia Energética III S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Rialma Companhia Energética III S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Empresa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração;
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante,



devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional; e

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Brasília, 15 de julho de 2022.



ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP015199/O-6

Alexandre Dias Fernandes
Contador CRC DF-012460/O-2

Rialma Companhia Energética III S.A.

Balanço patrimonial

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares reais)

Ativo

	Nota explicativa	31/12/2021	31/12/2020
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	2	228
Contas a receber	5	627	-
Impostos a recuperar		13	30
Adiantamentos a fornecedores		447	280
Despesas antecipadas		-	56
		1.089	594
Não circulante			
Adiantamento para compra de energia	6	38.111	49.975
Imobilizado	7	61.579	63.292
		99.690	113.267
Total do ativo		100.779	113.861

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Rialma Companhia Energética III S.A.

Balanço patrimonial

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de reais)

Passivo e patrimônio líquido

	Nota explicativa	31/12/2021	31/12/2020
Circulante			
Fornecedores		248	3
Obrigações tributárias	8	634	1.630
Financiamentos	9	-	1.111
Dividendos a pagar	12	2.267	-
Adiantamento de clientes	10	1.295	150
		4.444	2.894
Não circulante			
Obrigações tributárias	8	1.080	246
Partes relacionadas	6	246	-
Provisões e outras contas a pagar	11	-	22.650
		1.326	22.896
Total do passivo		5.770	25.790
Patrimônio líquido	12		
Capital social		38.903	38.903
Ajustes de avaliação patrimonial		11.625	11.948
Reservas de lucros		44.481	37.220
Total do patrimônio líquido		95.009	88.071
Total do passivo e do patrimônio líquido		100.779	113.861

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Rialma Companhia Energética III S.A.

Demonstração do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de reais)

	Nota explicativa	2021	2020
Receita operacional líquida	13	17.962	14.054
Custo de geração e comercialização de energia elétrica	14	(3.118)	(4.711)
Lucro bruto		14.844	9.343
Despesas / receitas operacionais			
Gerais e administrativas	15	(613)	(61)
Despesas tributárias		(4)	(6)
Outras receitas (despesas) operacionais	16	(4.158)	(22.650)
Lucro (prejuízo) antes do resultado financeiro		10.069	(13.374)
Resultado financeiro, líquido	17	(312)	(346)
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social		9.757	(13.720)
Imposto de renda	18	(350)	(268)
Contribuição social	18	(202)	(158)
Lucro líquido (prejuízo) do exercício		9.205	(14.146)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Rialma Companhia Energética III S.A.

Demonstração do resultado abrangente
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Valores expressos em milhares de reais)

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	9.205	(14.146)
Outros resultados abrangentes:		
Outros resultados abrangentes	-	-
Total do resultado abrangente do exercício	<u>9.205</u>	<u>(14.146)</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Rialma Companhia Energética III S.A.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Valores expressos em milhares de reais)

	Reservas de lucro				Lucros acumulados	Total patrimônio líquido
	Capital social	Reserva legal	Reserva de retenção lucros	Ajustes de avaliação patrimonial		
Saldo em 31 de dezembro de 2019	38.903	5.599	45.444	12.271	-	102.217
Realização do custo atribuído	-	-	-	(323)	323	-
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	(14.146)	(14.146)
Absorção de prejuízos para reserva de lucros	-	-	(13.823)	-	13.823	-
Saldo em 31 de dezembro de 2020	38.903	5.599	31.621	11.948	-	88.071
Realização do custo atribuído	-	-	-	(323)	323	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	9.205	9.205
Constituição de reserva legal	-	460	-	-	(460)	-
Dividendos mínimos declarados	-	-	-	-	(2.267)	(2.267)
Constituição de reserva de lucros retidos	-	-	6.801	-	(6.801)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2021	38.903	6.059	38.422	11.625	-	95.009

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Rialma Companhia Energética III S.A.

Demonstração dos fluxos de caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Valores expressos em milhares de reais)

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	9.205	(14.146)
Ajustes de:		
Imposto de renda e contribuição social	552	426
Juros sobre financiamentos	13	99
Depreciação e amortização	1.713	1.761
Provisões para risco hidrológico	-	22.650
Variações no capital circulante		
Contas a receber	(627)	-
Adiantamento a fornecedores	(167)	(280)
Impostos a recuperar	17	-
Outros ativos e passivos	57	(56)
Fornecedores	245	(3.096)
Adiantamento de clientes	1.145	(23.773)
Partes relacionadas	12.110	16.990
Provisões e outras contas a pagar	(22.650)	-
Obrigações tributárias	(191)	185
Caixa gerado pelas operações	<u>1.422</u>	<u>760</u>
Imposto de renda e contribuição social pagos	(524)	(374)
Pagamentos dos custos de financiamentos	(13)	(23)
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	<u>885</u>	<u>363</u>
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Amortização de financiamentos	(1.111)	(171)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos	<u>(1.111)</u>	<u>(171)</u>
Aumento (Redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa	<u>(226)</u>	<u>192</u>
Caixa e equivalentes de caixa em 1º de janeiro	228	36
Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro	2	228
Aumento (Redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa	<u>(226)</u>	<u>192</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Rialma Companhia Energética III S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis
Exercício findo em 31 de dezembro de 2021
(Valores expressos em milhares de reais)

1. Contexto operacional

(a) Atividades operacionais

A Rialma Companhia Energética III S.A. (Companhia), estabelecida em Mambaí - GO, é uma sociedade por ações de capital fechado que tem por objeto social realizar a atividade de geração de energia elétrica através da Pequena Central Hidrelétrica Santa Edwiges III, bem como a comercialização de energia gerada por tal Central e a celebração de atos de comércio decorrentes dessas atividades, conforme autorização concedida pela ANEEL - Agência Nacional de Energia Elétrica pela Resolução nº 115/2001.

(b) Autorização

A Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL autorizou a Companhia a estabelecer-se como Produtora Independente de Energia Elétrica (PIE) mediante exploração de potencial hidráulico localizado no rio Buritis, Municípios de Buritinópolis, Estado de Goiás.

Esta autorização vigorará pelo prazo de 30 anos a contar da data de 06 de abril de 2001, data esta da publicação da Resolução ANEEL Nº 115 de 05 de abril de 2001. Podendo, este prazo, ser prorrogado a pedido da Autorizada ou a critério da ANEEL.

Os bens e instalações vinculados à produção de energia elétrica, ao final do prazo da autorização acima descrito, não havendo prorrogação, passarão a integrar o Patrimônio da União. Fato que, ocorrerá, mediante indenização dos investimentos autorizados e ainda não amortizados devidamente auditados pela ANEEL, considerando ainda que poderá ser exigido que a autorizada restabeleça, por sua conta, o livre escoamento das águas.

(c) Pandemia COVID-19

A Companhia tem monitorado os efeitos nos seus negócios e na avaliação das principais estimativas e julgamentos contábeis críticos, bem como em outros saldos com potencial de gerar incertezas e impactos nas demonstrações financeiras. As avaliações mais relevantes e os principais efeitos da pandemia do COVID-19 nos resultados operacionais são:

- i) Continuidade operacional: as demonstrações contábeis da Companhia foram elaboradas e estão sendo divulgadas considerando a premissa de continuidade operacional de seus negócios.
- ii) Perda esperada com créditos de liquidação duvidosa: as perdas pela redução ao valor recuperável associada ao risco de crédito sobre os ativos financeiros são calculadas com base na expectativa futura de perda, considerando a situação individual dos clientes. Não houve reconhecimento de perdas de créditos adicionais.
- iii) Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros e créditos tributários: a Companhia avaliou e não foram identificados indicativos de que os ativos possam ter sofrido desvalorização.
- iv) Compromissos contratuais: Até o momento não há execuções contra ou a favor da Companhia sobre seus contratos, quer seja via distrato ou exercício jurídico de cláusulas de força maior.

Com base nos eventos acima mencionados, a Companhia entende que não há considerações a serem feitas nas demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2021, no que se refere a: testes de redução ao valor recuperável de seus ativos ou alteração significativa no valor justo de seus ativos e passivos.

Em 31 de dezembro de 2021 a Companhia apresenta excesso de passivos circulantes sobre ativos circulantes no montante de R\$ 3.355. A necessidade de aportes financeiros para o cumprimento das atividades operacionais da Companhia será suportada, se necessário, pelo acionista controlador, que garantirá a continuidade operacional da Companhia até que os planos de negócios atualmente em curso pela Administração objetivando a maximização da lucratividade e de geração de caixa atinjam o patamar desejável. A Companhia opera com base no pressuposto de continuidade operacional.

Rialma Companhia Energética III S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis
Exercício findo em 31 de dezembro de 2021
(Valores expressos em milhares de reais)

2. Elaboração e apresentação das demonstrações contábeis

2.1. Base e apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis da Companhia foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que contemplam os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs) e aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

A emissão das presentes demonstrações contábeis foi autorizada pela administração da Companhia em 15 de julho de 2022.

2.2. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

A preparação das demonstrações contábeis requer que a Administração faça julgamentos, utilizando estimativas e premissas baseadas em fatores objetivos e subjetivos e em opinião de assessores jurídicos, para determinação dos valores adequados para registro de determinadas transações que afetam ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais dessas transações podem divergir dessas estimativas.

Esses julgamentos, estimativas e premissas são revistos ao menos anualmente e eventuais ajustes são reconhecidos no período em que as estimativas são revisadas.

2.2.1. Provisão para demandas judiciais

Provisões são constituídas para todos os riscos referentes a processos judiciais que representam perdas prováveis e estimadas com certo grau de segurança. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos assessores jurídicos externos.

3. Principais práticas contábeis

3.1. Apuração do resultado

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência.

a) Reconhecimento de receita

A Companhia registra e mensura a receita da geração de energia obedecendo aos pronunciamentos técnicos CPC 47 - Receita de Contrato com Clientes. As receitas são reconhecidas quando ou conforme a entidade satisfaz as obrigações de performance assumidas no contrato com o cliente, e somente quando houver um contrato aprovado; for possível identificar os direitos; houver substância comercial e for provável que a entidade receberá a contraprestação à qual terá direito.

3.2. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários, investimentos de curto prazo de alta liquidez e com risco insignificante de mudança de valor e limites utilizados de conta garantida.

3.3. Imposto de renda e contribuição social corrente

Em 2021, a Companhia optou pelo lucro presumido (regime de caixa) para apuração dos impostos, onde a provisão para imposto de renda foi constituída à base de cálculo de 8% e alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável anual excedente a R\$ 240. A contribuição social foi calculada à base de cálculo de 12% e alíquota de 9% sobre o faturamento.

Rialma Companhia Energética III S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis
Exercício findo em 31 de dezembro de 2021
(Valores expressos em milhares de reais)

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados pelas alíquotas aplicáveis no período no qual se espera que o passivo seja liquidado ou o ativo seja realizado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente no final de cada exercício, ou quando uma nova legislação tiver sido substancialmente aprovada.

Os impostos diferidos ativos e passivos são compensados apenas quando há o direito legal de compensar o ativo fiscal corrente com o passivo fiscal corrente e quando eles estão relacionados aos impostos administrados pela mesma autoridade fiscal e a Companhia pretende liquidar o valor líquido dos seus ativos e passivos fiscais corrente.

3.4. Instrumentos financeiros

a) Ativos financeiros

Classificação e mensuração.

Os instrumentos financeiros são classificados em três categorias: mensurados ao custo amortizado; ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) e ao valor justo por meio do resultado (VJR). A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais e do modelo de negócio para a gestão destes ativos financeiros. A Companhia apresenta seus instrumentos financeiros da seguinte forma:

- Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado - Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado compreendem ativos financeiros mantidos para negociação, ativos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado ou ativos financeiros a ser obrigatoriamente mensurados ao valor justo. Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos do principal e juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado. As variações líquidas do valor justo são reconhecidas no resultado.
- Custo amortizado - Um ativo financeiro é classificado e mensurado pelo custo amortizado, quando tem finalidade de recebimento de fluxos de caixa contratuais e gerar fluxos de caixa que sejam "exclusivamente pagamentos de principal e de juros" sobre o valor do principal em aberto. Esta avaliação é executada em nível de instrumento. Os ativos mensurados pelo valor de custo amortizado utilizam método de juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução de valor recuperável. A receita de juros é reconhecida através da aplicação de taxa de juros efetiva, exceto para créditos de curto prazo quando o reconhecimento de juros seria imaterial.

(i) Redução ao valor recuperável de ativos financeiros (*impairment*) - O CPC 48 define um modelo prospectivo de "perdas de crédito esperadas". O modelo de perdas esperadas se aplicará aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, com exceção de investimentos em instrumentos patrimoniais. A Companhia não identificou perdas (*impairment*) a serem reconhecidas nos exercícios apresentados.

(ii) Baixa de ativos financeiros - A baixa (desreconhecimento) de um ativo financeiro ocorre quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando são transferidos a um terceiro os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual, substancialmente, todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Qualquer participação que seja criada ou retida pela Companhia em tais ativos financeiros transferidos é reconhecida como um ativo ou passivo separado.

b) Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado, passivos financeiros ao custo amortizado, ou como derivativos designados como instrumentos de hedge em um hedge efetivo, conforme apropriado. A Companhia somente possui passivos financeiros mensurados ao custo amortizado.

Instrumentos financeiros derivativos - a Companhia não opera com instrumentos financeiros derivativos.

Rialma Companhia Energética III S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis
Exercício findo em 31 de dezembro de 2021
(Valores expressos em milhares de reais)

3.5. Imobilizado

Reconhecimento e mensuração

Os itens de ativos imobilizados são mensurados ao custo de aquisição, ou formação, quando aplicável, menos as depreciações acumuladas e provisões ao valor recuperável do ativo, quando aplicável.

Os custos de itens registrados no ativo imobilizado incluem todos aqueles gastos que sejam diretamente atribuíveis à aquisição ou à formação do ativo. Os custos de ativos construídos pela própria Companhia incluem o custo de materiais e de salários de funcionários diretamente envolvidos nos projetos de construção ou formação desses ativos, assim como quaisquer outros custos diretamente atribuíveis a esse ativo até que este tenha condições de ser utilizado para seus fins, incluindo, ainda, os custos de empréstimos quando os ativos são classificados como qualificáveis nos termos do CPC 23 (R1) - Custos de Empréstimos, quando aplicável.

Ganhos e perdas na alienação de um item de ativo são originados pela diferença apurada na confrontação do valor de alienação e do valor líquido resultante do valor de custo deduzido do valor residual e da depreciação acumulada desse ativo, e são reconhecidos pelo valor líquido dessa diferença diretamente no resultado do exercício

Custos subsequentes

Os gastos incorridos com reparos, manutenções ou trocas de partes de um ativo imobilizado são reconhecidos nos saldos correntes desses ativos imobilizados desde que seja esperado um incremento dos benefícios econômicos futuros por parte de tais reparos, manutenções ou trocas, seja por aumento de vida útil, seja por aumento de produtividade, e desde que os custos dessas partes possam ser mensurados de forma confiável.

Depreciação

A depreciação é reconhecida no resultado do exercício, sendo calculada pelo método linear através das vidas úteis estimadas do ativo imobilizado, desde que essas estimativas demonstrem o consumo do ativo e a geração futura de benefícios econômicos desse ativo.

Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que estão disponíveis para uso ou, no caso de ativos construídos internamente, a partir do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para uso.

Os terrenos não são depreciados. A depreciação de outros ativos é calculada usando o método durante a vida útil estimada.

3.6. Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros (*impairment*)

a) Ativos financeiros (incluindo recebíveis) – um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há indicação de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se há indicação de que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que possa ser estimado de maneira confiável.

A indicação de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência, ou o desaparecimento de um mercado ativo para um título. Além disso, para um instrumento patrimonial, um declínio significativo ou prolongado em seu valor justo abaixo do seu custo pode se caracterizar como um indicativo de perda por redução ao valor recuperável.

Uma redução do valor recuperável com relação a um ativo financeiro mensurado ao custo amortizado é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos futuros fluxos de caixa estimados descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão contra recebíveis. Os juros sobre o ativo que perdeu valor continuam sendo reconhecidos. Quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda de valor é revertida e registrada no resultado. A Companhia não identificou perdas (*impairment*) a serem reconhecidas em nenhum dos exercícios apresentados.

Rialma Companhia Energética III S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis
Exercício findo em 31 de dezembro de 2021
(Valores expressos em milhares de reais)

b) Ativos não financeiros - os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, que não o imposto de renda e a contribuição social diferidos, são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável.

Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado. Uma perda por redução no valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou da Unidade Geradora de Caixa - UGC exceder o seu valor recuperável. O valor recuperável de um ativo ou unidade geradora de caixa é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes através da taxa de desconto, antes dos impostos, que reflita uma avaliação atual de mercado do valor da moeda no tempo e os riscos específicos do ativo (ou da UGC) para o qual a estimativa de fluxos de caixa futuros não foi ajustada. Para a finalidade de testar o valor recuperável, os ativos que não podem ser testados individualmente são agrupados ao menor grupo de ativos que gera entrada de caixa de uso contínuo que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou grupos de ativos (a UGC).

Perdas por redução no valor recuperável são reconhecidas no resultado.

As perdas por redução ao valor recuperável são revertidas somente na condição em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida, exceto ágio

A Administração não identificou qualquer evidência que justificasse a necessidade de provisão para recuperabilidade em 31 de dezembro de 2021.

3.7. Provisões gerais e provisões para demandas judiciais

Uma provisão é reconhecida, em virtude de um evento passado, se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico venha a ser exigido para liquidar a obrigação. A despesa relativa à constituição de qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso.

Especificamente nos processos judiciais da Companhia, estes são avaliados e revisados periodicamente, com base em pareceres de advogados internos e externos, sendo registrados contabilmente de acordo com as regras estabelecidas pelo CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, que estabelece que uma provisão deve ser reconhecida quando:

- A companhia tem uma obrigação legal ou não formalizada presente como consequência de um evento passado.
- É provável que recursos sejam exigidos para liquidar a obrigação.
- O montante da obrigação é possível de ser estimado com suficiente segurança.

Se qualquer uma dessas condições não for atendida, a provisão não deve ser reconhecida.

3.8. Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre aplicações financeiras e variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado. A receita de juros é reconhecida no resultado por meio do método de juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre financiamentos.

3.9. Normas contábeis emitidas ou revisadas

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações contábeis da Companhia, estão descritas a seguir. A Companhia pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor.

Rialma Companhia Energética III S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis
Exercício findo em 31 de dezembro de 2021
(Valores expressos em milhares de reais)

Alterações ao IAS 1: Classificação de passivos como circulante ou não circulante

Em janeiro de 2020, o IASB emitiu alterações nos parágrafos 69 a 76 do IAS 1, correlato ao CPC 26, de forma a especificar os requisitos para classificar o passivo como circulante ou não circulante. As alterações esclarecem:

- O que significa um direito de postergar a liquidação;
- Que o direito de postergar deve existir na data-base do relatório;
- Que essa classificação não é afetada pela probabilidade de uma entidade exercer seu direito de postergação
- Que somente se um derivativo embutido em um passivo conversível for em si um instrumento de capital próprio os termos de um passivo não afetariam sua classificação

As alterações são válidas para períodos iniciados a partir de 1º de janeiro de 2023 e devem ser aplicadas retrospectivamente. Atualmente, a Companhia avalia o impacto que as alterações terão na prática atual e se os contratos de empréstimo existentes podem exigir renegociação.

Alterações ao IAS 8: Definição de estimativas contábeis

Em fevereiro de 2021, o IASB emitiu alterações ao IAS 8 (norma correlata ao CPC 23), no qual introduz a definição de 'estimativa contábeis'. As alterações esclarecem a distinção entre mudanças nas estimativas contábeis e mudanças nas políticas contábeis e correção de erros. Além disso, eles esclarecem como as entidades usam as técnicas de medição e inputs para desenvolver as estimativas contábeis.

As alterações serão vigentes para períodos iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2023 e aplicarão para mudanças nas políticas e estimativas contábeis que ocorrerem em, ou após, o início desse período.

Adoção antecipada é permitida se divulgada. Não se espera que as alterações tenham um impacto significativo nas demonstrações contábeis da Companhia.

Alterações ao IAS 1 e IFRS Practice Statement 2: Divulgação de políticas contábeis

Em fevereiro de 2021, o IASB emitiu alterações ao IAS 1 (norma correlata ao CPC 26 (R1)) e IFRS Practice Statement 2 Making Materiality Judgements, no qual fornece guias e exemplos para ajudar entidades a aplicar o julgamento da materialidade para a divulgação de políticas contábeis. As alterações são para ajudar as entidades a divulgarem políticas contábeis que são mais úteis ao substituir o requerimento para divulgação de políticas contábeis significativas para políticas contábeis materiais e adicionando guias para como as entidades devem aplicar o conceito de materialidade para tomar decisões sobre a divulgação das políticas contábeis.

As alterações ao IAS 1 são aplicáveis para períodos iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2023 com adoção antecipada permitida. Já que as alterações ao Practice Statement 2 fornece guias não obrigatórios na aplicação da definição de material para a informação das políticas contábeis, uma data para adoção desta alteração não é necessária. A Companhia está atualmente avaliando os impactos dessas alterações nas políticas contábeis divulgadas.

4. Caixa e equivalentes de caixa

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Caixa	-	22
Aplicação financeira (i)	2	206
	<u>2</u>	<u>228</u>

(i) Referem-se a aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

Rialma Companhia Energética III S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis
Exercício findo em 31 de dezembro de 2021
(Valores expressos em milhares de reais)

5. Contas a receber

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Cientes a receber	627	-
	<u>627</u>	<u>-</u>

A Companhia avaliou os impactos relacionados ao ajuste a valor presente dos seus saldos de contas a receber de clientes nas datas de 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020 e concluiu que os valores se equiparam ao valor contábil, pois o giro do contas a receber é de curto prazo.

A Companhia não registrou provisão para créditos de liquidação duvidosa uma vez que não há títulos a receber vencidos e avaliou que títulos em aberto não possuem expectativa de perdas futuras.

6. Transações e saldos com partes relacionadas

A Administração da Companhia identificou como partes relacionadas, empresas ligadas aos mesmos sócios da empresa, seus administradores e demais membros do pessoal-chave da Administração e seus familiares, conforme definições legais.

A Companhia é controlada pela Rialma Administração e Participações S.A.

Foram efetuadas as seguintes operações com partes relacionadas:

<u>Ativo</u>	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
<i>Cientes</i>		
Atual Comercializadora de Energia Ltda.	419	-
<i>Adiantamento para compra de energia</i>		
Rialma Administração e Participações S.A. (a)	36.200	29.844
Rialma Companhia Energética V (a)	1.908	-
Atual Comercializadora de Energia Ltda.	-	20.131
Centrais Construções Pesadas S.A.	3	-
	<u>38.530</u>	<u>49.975</u>
<u>Passivo</u>	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
<i>Fornecedores</i>		
Atual Comercializadora de Energia Ltda.	248	-
<i>Contas a pagar às partes relacionadas</i>		
Rialma Administração e Participações S.A.	7	-
Centrais Construções Pesadas S.A.	239	-
<i>Dividendos a pagar</i>		
Rialma Administração e Participações S.A.	2.267	-
	<u>2.761</u>	<u>-</u>

(a) Refere-se a adiantamento para a compra de energia elétrica para operação de suprimento da garantia física pactuada no contrato de venda de energia com os clientes. O contrato entre as partes define o volume e o preço do MWh a ser recebido pela Companhia pelo adiantamento, não sendo passível de alteração em razão da variação do preço do mercado da energia.

Rialma Companhia Energética III S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis
Exercício findo em 31 de dezembro de 2021
(Valores expressos em milhares de reais)

Fornecedor de energia	Volume de (MWh) a ser recebido
Rialma Administração e Participações S.A.	120.908
Rialma Companhia Energética V	6.373
Total	127.281

Remuneração de pessoal-chave da Administração

Conforme deliberado em assembleia de acionistas, fica estabelecida a não remuneração dos diretores para o mandato que se encerrará em agosto de 2024.

7. Imobilizado

Descrição	Taxa média de depreciação anual	31/12/2021			31/12/2020
		Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido
Terrenos	-	8.056	-	8.056	8.056
Reservatórios, barragens e adutoras	2,00%	32.045	(9.658)	22.387	23.028
Edificações e obras civis	3,29%	19.854	(7.134)	12.720	13.232
Máquinas e equipamentos	3,71%	9.977	(4.094)	5.883	6.189
Móveis e utensílios	3,69%	5	(4)	1	2
Custo atribuído PCH	2,00%	15.823	(3.291)	12.532	12.785
		85.760	(24.181)	61.579	63.292

Movimentação:

Descrição	31/12/2020	Depreciação	31/12/2021
Terrenos	8.056	-	8.056
Reservatórios, barragens e adutoras	23.028	(641)	22.387
Edificações e obras civis	13.232	(512)	12.720
Máquinas e equipamentos	6.189	(306)	5.883
Móveis e utensílios	2	(1)	1
Custo atribuído PCH	12.785	(253)	12.532
	63.292	(1.713)	61.579

8. Obrigações tributárias

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Tributos federais	110	1.371
Tributos parcelados (a)	1.604	505
Total	1.714	1.876
Circulante	634	1.630
Não circulante	1.080	246

(a) Refere-se a parcelamentos tributários (PIS, COFINS, IRPJ e CSLL) realizados com prazo máximo de 60 meses, corrigidos monetariamente com base na taxa Selic.

Rialma Companhia Energética III S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis
Exercício findo em 31 de dezembro de 2021
(Valores expressos em milhares de reais)

O fluxo financeiro de desembolso financeiro relacionado aos parcelamentos são os seguintes:

Vencimento em:	31/12/2021	31/12/2020
2020	-	10
2021	-	249
2022	524	216
2023	337	30
2024	307	-
2025	307	-
2026	129	-
Total	1.604	505

9. Financiamentos

Instituições financeiras	Taxa de juros	31/12/2021	31/12/2020
Banco do Brasil (a)	9,5%a.a.	-	1.111
Total dos financiamentos		-	1.111
Circulante		-	1.111
Não circulante		-	-

(a) Financiamentos na modalidade de Fundo Constitucional do Centro Oeste (FCO), contratado em 19 de março de 2009 para implantação e exploração do potencial hidrelétrico da Usina Santa Edwiges III, contrato liquidado em junho de 2021. Como garantia do financiamento, foram concedidos penhor das ações e direitos emergentes decorrentes da autorização concedida pela ANEEL através da Resolução nº 115/2001, da Aneel.

A Companhia não identificou o descumprimento das obrigações contratuais decorrentes dos contratos de financiamentos (*covenants*).

10. Adiantamento de clientes

	31/12/2021	31/12/2020
Adiantamento para venda de energia elétrica	1.295	150
	1.295	150

Em 31 de dezembro de 2021 o saldo refere-se substancialmente ao recebimento antecipado para o fornecimento de energia entregue em janeiro de 2022. O contrato entre as partes define o volume de energia a ser entregue e o preço do MWh a ser praticado pela Companhia no período de fornecimento pelo adiantamento recebido, não sendo passível de alteração em razão da variação do preço do mercado da energia.

11. Provisões e outras contas a pagar

11.1 Provisões para risco hidrológico

Em 09 de setembro de 2020, foi publicado no Diário Oficial a Lei nº 14.052/20, que alterou a Lei nº 13.203/15, estabelecendo novas condições para repactuação do risco hidrológico referente a parcela dos custos incorridos com o *Generation Scaling Factor* (GSF), assumido pelos titulares das usinas hidrelétricas participantes do Mecanismo de Realocação de Energia (MRE) desde 2012, com o agravamento da crise hídrica, a qual criou a base legal para repactuação do GSF no Ambiente de Contratação Livre (ACL).

A Companhia, em conjunto com as demais coligadas do grupo Rialma: Companhia Energética II S.A, Rialma Companhia Energética IV S.A e Rialma Companhia Energética V S.A ("Companhias"), ajuizou uma ação ordinária contra a União e

Rialma Companhia Energética III S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis
Exercício findo em 31 de dezembro de 2021
(Valores expressos em milhares de reais)

a Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL solicitando a limitação do fator GSF em até 5% de redução de energia assegurada (garantia física) referente ao risco hidrológico.

De acordo com as informações dos consultores jurídicos da Companhia, a chance de perda da ação foi considerada como provável no exercício de 2020 e foi reconhecida provisão no montante de R\$ 22.650. Foram realizados adiantamentos no decorrer de 2021 e no mês de outubro de 2021 as Companhias protocolaram a desistência da referida ação ordinária e firmaram acordo para pagamento em até 12 meses do referido saldo. Até 31 de dezembro de 2021 a Companhia havia liquidado integralmente o valor devido e desta forma não há passivos reconhecidos na data base.

A movimentação do exercício é como segue:

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Em 01 de janeiro	22.650	-
Adições	4.142	22.650
Pagamentos	(26.792)	
Em 31 de dezembro	-	22.650

11.2 Outras provisões para demandas judiciais cíveis, fiscais e trabalhistas

A Companhia é parte em outras ações judiciais e administrativas para as quais, de acordo com as informações dos consultores jurídicos, as chances de perdas decorrente dessas ações são classificadas como remota.

Neste contexto, a Administração, lastreada na avaliação de seus consultores jurídicos, não constituiu provisão para eventuais perdas nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020.

12. Patrimônio líquido

a) Capital social

O capital social em 31 dezembro de 2021 e 2020 é de R\$38.903 (trinta e oito milhões, novecentos e três mil reais) totalmente integralizado. O capital social está representado por 38.903.000 ações ordinárias nominativas sem valor nominal.

Descrição	<u>Ações</u>	<u>Capital social</u>	<u>%</u>
Rialma Administração e Participações S.A.	38.903.000	38.903	100
Total	38.903.000	38.903	100

b) Dividendos

Refere-se a dividendos mínimos obrigatórios conforme definido no estatuto social da Companhia.

Descrição	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	9.205	(14.146)
(-) Reserva legal	(460)	-
(+) Realização do custo atribuído	323	323
Base para dividendos	9.068	(13.823)
Dividendos mínimos obrigatórios - 25%	2.267	-

c) Reserva legal

A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital.

d) Reserva de retenção de lucros

Essa reserva se refere a saldo de lucros retidos o qual será objeto de aprovação em assembleia geral.

Rialma Companhia Energética III S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis
Exercício findo em 31 de dezembro de 2021
(Valores expressos em milhares de reais)

13. Receita operacional líquida

Descrição	2021	2020
Receita bruta:		
Fornecimento de energia elétrica	18.642	14.587
	18.642	14.587
Tributos sobre a receita:		
PIS e COFINS	(680)	(533)
	(680)	(533)
Receita operacional líquida	17.962	14.054

14. Custo de geração e comercialização de energia elétrica

Descrição	2021	2020
Compra de energia (a)	(1.051)	(2.559)
Custos tributários	(38)	(35)
Depreciação	(1.713)	(1.761)
Energia elétrica	(315)	(285)
Ressarcimento – TUSD (b)	(1)	(71)
	(3.118)	(4.711)

(a) A Companhia realizou a compra de energia para atender aos contratos de venda de energia, pois não gerou energia garantida nos contratos de venda.

(b) Refere-se ao gasto com “TUSD/CUSD” da unidade consumidora junto a distribuidoras de energia.

15. Despesas gerais e administrativas

Descrição	2021	2020
Pessoal	(284)	-
Seguros	(56)	(35)
Depreciação	(31)	-
Serviços profissionais contratados	(51)	(20)
Outras despesas gerais e administrativas	(191)	(6)
	(613)	(61)

16. Outras receitas (despesas) operacionais

Descrição	2021	2020
Provisões para risco hidrológico (Nota 11.1)	(4.142)	(22.891)
Outras despesas	(16)	-
	(4.158)	(22.650)

Rialma Companhia Energética III S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis
Exercício findo em 31 de dezembro de 2021
(Valores expressos em milhares de reais)

17. Resultado financeiro, líquido

Descrição	2021	2020
Receitas financeiras		
Rendimentos de aplicações financeiras	3	1
	3	1
Despesas financeiras		
Encargos sobre financiamentos	(12)	(99)
Juros e multas passivas	(286)	(216)
Outras despesas financeiras	(17)	(32)
	(315)	(347)
Resultado financeiro, líquido	(312)	(346)

18. Imposto de renda e contribuição social corrente

	2021	2020
Receita bruta de venda	18.642	14.587
Lucro presumido base IRPJ (8%)	1.491	1.167
Receitas financeiras	3	1
Base tributável IRPJ	1.494	1.168
IRPJ corrente (15%)	(224)	(175)
IRPJ adicional (10%)	(126)	(93)
Total IRPJ	(350)	(268)
Lucro presumido base CSLL (12%)	2.237	1.750
Base tributável CSLL	2.240	1.751
CSLL (9%)	(202)	(158)
IRPJ e CSLL do exercício	(552)	(426)

19. Instrumentos financeiros e gerenciamento de risco

O gerenciamento de risco da Companhia visa identificar e analisar os riscos considerados relevantes pela Administração, incluindo o risco de mercado (inclusive risco de taxa de juros e outros riscos operacionais), de crédito e de liquidez. No curso normal de seus negócios, a Companhia está exposta a riscos de mercado relacionados principalmente à flutuação das taxas de juros.

19.1. Estrutura de gerenciamento de risco

A Administração tem a responsabilidade pelo o estabelecimento e a supervisão da estrutura de gerenciamento de risco.

Risco de juros

O risco de taxa de juros da Companhia decorre de aplicações financeiras, títulos e empréstimos e financiamentos de curto prazo. Os empréstimos emitidos às taxas fixas expõem a Companhia ao risco de valor justo associado à taxa de juros.

Risco de crédito

O risco de crédito refere-se ao risco de uma contraparte não cumprir com suas obrigações contratuais, levando a Companhia a incorrer em perdas financeiras. Esse risco é basicamente proveniente dos investimentos mantidos com bancos e instituições financeiras.

Rialma Companhia Energética III S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis
Exercício findo em 31 de dezembro de 2021
(Valores expressos em milhares de reais)

Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração do risco de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a sua reputação.

Considerando negócio e estágio atual da Companhia, a Administração não identifica potenciais efeitos adversos em relação aos riscos aos quais está exposta e desta maneira não está apresentando as análises de sensibilidades para os potenciais efeitos nas eventuais mudanças dos cenários descritos anteriormente. Todo o risco de liquidez será suportado pela controladora, incluindo aportes de capital se houver necessidade, conforme explicado na nota explicativa nº 01, do contexto operacional.

19.2. Classificação dos instrumentos financeiros

A tabela a seguir apresenta os valores contábeis e os valores justos dos ativos e passivos financeiros, incluindo os seus níveis na hierarquia do valor justo. Não inclui informações sobre o valor justo dos ativos e passivos não mensurados ao valor justo, se o valor contábil é uma aproximação razoável do valor justo.

31 de dezembro de 2021	Valor contábil			Valor justo			
	Valor justo por meio do resultado	Custo amortizado	Total	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Ativos financeiros mensurados ao valor justo							
Caixa e equivalentes de caixa	2	-	2	-	2	-	2
Total	2	-	2	-	2	-	2
Ativos financeiros não-mensurados ao valor justo							
Contas a receber	-	627	627				
Adiantamentos para compra de energia	-	38.111	38.111				
Total	-	38.738	38.738				

31 de dezembro de 2020	Valor contábil			Valor justo			
	Valor justo por meio do resultado	Custo amortizado	Total	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Ativos financeiros mensurados ao valor justo							
Caixa e equivalentes de caixa	228	-	228		228		228
Total	228	-	228	-	228	-	228
Ativos financeiros não-mensurados ao valor justo							
Adiantamentos para compra de energia	-	49.975	49.975				
Total	-	49.975	49.975				

31 de dezembro de 2021	Valor contábil		
	Valor justo por meio do resultado	Custo amortizado	Total
Passivos financeiros não-mensurados ao valor justo			
Fornecedores	-	248	248
Adiantamentos de clientes	-	1.541	1.541
Total	-	1.789	1.789

Rialma Companhia Energética III S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis
Exercício findo em 31 de dezembro de 2021
(Valores expressos em milhares de reais)

31 de dezembro de 2020	Valor contábil		Total
	Valor justo por meio do resultado	Custo amortizado	
Passivos financeiros não-mensurados ao valor justo			
Financiamentos	-	1.111	1.111
Fornecedores	-	3	3
Adiantamentos de clientes	-	150	150
Total	-	1.264	1.264

Os valores contábeis dos instrumentos financeiros, ativos e passivos, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos com sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência deste, e valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, aproximam-se substancialmente de seus correspondentes valores de mercado. A Companhia classifica os instrumentos financeiros como requerido pelo CPC 46:

Nível 1 – preços cotados (não ajustados) em mercados ativos, líquidos e visíveis para ativos e passivos idênticos que estão acessíveis na data de mensuração;

Nível 2 – preços cotados (podendo ser ajustados ou não) para ativos ou passivos similares em mercados ativos, outras entradas não observáveis no nível 1, direta ou indiretamente, nos termos do ativo ou passivo; e

Nível 3 – ativos e passivos cujos preços não existem ou que esses preços ou técnicas de avaliação são amparados por um mercado pequeno ou inexistente, não observável ou líquido. Nesse nível a estimativa do valor justo torna-se altamente subjetiva.

Não ocorreram transferências entre níveis a serem consideradas em 31 de dezembro de 2021, em relação às divulgações de 31 de dezembro de 2020.

* * *

Mônica Edwiges Merhy Alves Ramos Caiado
Diretora Presidente

Anderson Florentino de Paiva
Contador CRC – DF 022173/O-8